

# O planeta humano: Sustentabilidade e governabilidade

Rui Vilela Mendes\*

*Sobre os ossos e destroços de inúmeras civilizações  
estão escritas as patéticas palavras : Tarde demais*  
Martin Luther King (1967)

## 1 Introdução

Vozes clamam em tom mais ou menos preocupado, por vezes histórico, que é preciso salvar o planeta. O planeta de facto, até que daqui a 5 biliões de anos o nosso sol se transforme numa gigante vermelha, não tem qualquer necessidade de ser salvo. Já passou e passará por inúmeras transformações, o nível do mar já foi 200 metros mais alto e 130 metros mais baixo do que é actualmente, a temperatura média já variou desde mais 14 graus a menos 6 graus que a actual, e isto tudo apenas no curto período em que foi compatível com a vida como nós a conhecemos. Inúmeras espécies mais ou menos evoluídas o ocuparam e quando se extinguíram os seus nichos foram ocupados por outras e o planeta não deixou de rodar e de ser um viveiro de vida.

O que de facto preocupa esta espécie recente, que começou a manifestar-se no máximo há apenas uns 400 mil anos, e que em biomassa nem sequer é uma espécie dominante, é a sobrevivência do "planeta humano". E o que é o planeta humano? E será que merece ser salvo?

O planeta humano, ou melhor, uma parte do planeta humano vive a sua idade mais admirável até agora. Mercê da ciência e tecnologia, essa parte da humanidade tem uma excelente qualidade de vida quando comparada com as gerações anteriores. Acesso a cuidados médicos, habitações confortáveis, fácil acesso à nutrição, água potável e energia para satisfazer as necessidades básicas e mais algumas. Tem também uma liberdade de movimentos em terra e ar que lhe permite explorar todos os cantos do planeta, acesso a educação e informação que lhe permite, quando assim o queira, acesso a níveis anteriormente inalcançáveis de conhecimento.

Porém pobreza, fome, exploração, crimes de toda a espécie e sérios problemas de saúde persistem e afectam uma grande percentagem da população humana. A extrema desigualdade entre os que mais têm e os que menos têm

---

\*rvilela.mendes@gmail.com, rvmendes@fc.ul.pt, <http://label2.ist.utl.pt/vilela/>

não para de aumentar, a actividade humana começa a ter um impacto apreciável nos sistemas terrestres e é provável que, para que a parte da população menos favorecida alcance o nível de vida dos países industrializados, sérias crises ocorrerão no que respeita aos recursos naturais de energia, comida, água, etc. Crises no aprovisionamento dos recursos limitados e no impacto que o seu uso e exploração terão nos sistemas terrestres.

Será o planeta humano sustentável?

## 2 O planeta e o planeta humano

A população de homo sapiens hoje (Maio 29, 2021) é 7868990570 e cresce a um ritmo de 81 milhões por ano, isto é, oito vezes a população de um país como Portugal cada ano. A este ritmo será à volta de 9 biliões em 2037 e 10 biliões em 2057. Estima-se que em 8000 B.C. haveria apenas 5 milhões de homo sapiens, o grande salto de crescimento ocorreu a partir da revolução industrial. Em 1800 era 1 bilião, em 1930, 2 biliões, em 1960, 3 biliões, em 1974, 4 biliões, em 1987, 5 biliões, 6 biliões em 1999, etc. Só no século 20 a população passou de 1,65 biliões para 6 biliões. Actualmente 4,6 biliões vivem na Ásia, 1,3 biliões em África, 750 milhões na Europa, 654 milhões na América Latina e Caraíbas, 369 milhões na América do Norte e 43 milhões na Oceânia.

Tal como qualquer outro organismo, uma primeira necessidade do homo sapiens é a alimentação, a sua fonte de energia, sem a qual não pode viver. O limite inferior de alimentação suficiente, a partir do qual se diz que a situação é de fome, são 1800 kilocalorias diárias. Mas subnutrição não é apenas calorias (uma unidade energética), é também a quantidade adequada de proteínas, vitaminas e minerais. Estará o planeta humano razoavelmente alimentado? Não. Estima-se que cerca de 700 milhões estejam em situação de fome, isto é cerca de 9% da população mundial [1] [2]. E 2 biliões estão em situação insegura ou precária neste aspecto. Depois de este número ter decrescido durante uma década, o índice de fome voltou a subir e deverá haver mais 60 milhões de pessoas com fome do que em 2015. E estes são números de 2019, antes da pandemia. Um outro índice de subnutrição, de importância capital para o bom desenvolvimento, é o crescimento retardado das crianças, medido pela comparação da sua idade e da sua altura. Estima-se que em 2019 cerca de 21% das crianças no mundo têm crescimento retardado devido à subnutrição. A taxa de mortalidade das crianças menores de cinco anos é 38/1000, reflectindo em parte a sinergia entre ingestão insuficiente de alimentos e ambientes insalubres. Por outro lado a distribuição e acesso à alimentação tem grandes assimetrias regionais. Na Europa a dose média diária de kilocalorias disponíveis para a alimentação (as utilizadas e as perdidas nos circuitos comerciais) é 4300 per capita e as efectivamente consumidas 3500. E a quantidade total de comida produzida no planeta seria suficiente para alimentar toda a população humana, por enquanto.

Homicídio intencional, a destruição violenta e intencional duma vida é um crime que para além da vítima primária, tem também repercussões nefastas na família da vítima e também, em geral, um impacto negativo no ambiente social.

Segundo dados de 2017, a taxa global média de homicídios por 100000 habitantes é de 6,1, sendo bastante maior em algumas regiões, 17,2 nos continentes americanos e 13 em África. Quer isto dizer que em 2017 morreram de morte violenta devido a homicídio intencional 464000 indivíduos. E isto refere-se apenas a homicídios intencionais isolados, sem contar com mortes em guerras ou conflitos generalizados, mortes por autodefesa, mortes por negligência ou por intervenção das forças da lei [3].

As guerras, os conflitos armados de maior ou menor escala, causam também mortes violentas. Mas curiosamente, em anos recentes, o número de vítimas de homicídios é bastante maior que o das vítimas de conflitos armados. Assim no período 1990-2017 houve 2250000 mortes em conflitos armados e 11770000 homicídios. E em 2017, 464000 homicídios, 89000 mortes em conflitos armados e 26000 vítimas de terrorismo. Outra estatística "interessante" é a de que o número de vítimas do chamado crime organizado é semelhante ao dos conflitos armados, cerca de um milhão cada um no período 2000-2017. Entre os "Objectivos de desenvolvimento sustentável" definidos em 2015, o objectivo 16 diz "diminuir significativamente todas as formas de violência e mortes associadas". Entre 2015 e 2017 o número de homicídios subiu 4%!

Entre os crimes cometidos pelo homo sapiens há um crime colectivo muito particular cuja principal característica é a de um grupo a exterminar sistematicamente um outro grupo. Recebeu o nome de genocídio. As razões deste crime podem parecer arbitrárias, porque por vezes arbitrárias são as definições de identidade dos grupos. Veremos porém mais tarde que infelizmente poderão ter uma forte componente evolutiva. E são realmente muitos os genocídios? É realmente difícil quantificar duma maneira incontroversa os genocídios do homo sapiens. O que para uns é genocídio, para outros apenas uma justa retaliação por actos passados. Será genocídio a eliminação sistemática de opositores a um regime ou apenas uma acção de luta política. Será genocídio a morte indiscriminada e expulsão de uma etnia, ou apenas uma operação de limpeza dum foco de terrorismo, etc. Chamemos-lhe genocídio ou assassínio em massa o facto é que este tipo de crime foi sempre muito comum através da história da humanidade e se agora nos podemos horrorizar com os muitos milhões assim massacrados no século 20, convém lembrar que em muitos séculos anteriores tais massacres podiam até ser motivos de orgulho.

E finalmente nas violências do homo sapiens há as violências "legais" da guerra. Legais porque enquanto que um criminoso comum, se é apanhado, é punido com pena de prisão ou pior, agora, depois da guerra, vencedores e vencidos vão para casa. Noutros tempos os vencidos eram feitos escravos, mas agora isso já não se usa. Alguns dos principais líderes podem eventualmente ser condenados por crimes de guerra, se fugiram às regras do "homicídio legal", mas o comum dos soldados regressa tranquilamente à sua vida. Legal ou não é um facto que ao longo da história a guerra teve um enorme impacto na vida, na morte e no sofrimento dos humanos. E se ao longo da história da humanidade a violência da guerra foi sempre uma actividade habitual [4], convém lembrar os 108 milhões de mortes a ela atribuídas no "civilizado" século 20.

Para além destes crimes letais, também muitos homo sapiens se ocupam de

outras práticas lesivas de outros sapiens. Assaltos violentos, roubos, raptos, violência sexual, exploração sexual, tráfico humano, fraude financeira, etc [5]. Por ano haverá à volta de 6 milhões de assaltos violentos em todo o planeta e só na pacífica Europa cerca de 600 mil [6]. A fraude financeira movimentou muitos milhões de euros anualmente, variando de simples burlas com cartões de crédito a grandes investimentos em acções de companhias inexistentes. E se algumas das burlas são executadas por simples "praticantes do engano", outras têm uma verdadeira estrutura empresarial [7].

E o planeta, essa casa planetária que o homo sapiens habita. Será que o homo sapiens toma bem conta dela? Nem por isso. Depois de muitos séculos em que a actividade humana tinha apenas um efeito local no ambiente do planeta, foi a partir da revolução industrial que se começaram a notar efeitos globais. Em particular tem havido desde então um aumento da temperatura média directamente relacionada com a concentração de gases com efeito de estufa na atmosfera. O principal gás, o CO<sub>2</sub>, está relacionado com a queima de combustíveis fósseis que o homem usa em larga escala para a produção de energia. Um outro gás com efeitos semelhantes é o metano também relacionado directa e indirectamente com as actividades humanas. Desde a revolução industrial a temperatura média subiu 1,1 grau. Se as tendências actuais se mantiverem a subida será de 2 graus em 2050 e de 4 ou mais em 2100. Que importância tem isso para a Terra enquanto entidade planetária. Pouca importância. Seria apenas mais uma pequena variação nas muitas que já teve. Mas para o planeta humano e para as outras espécies que por lá habitam os efeitos já se fazem sentir e são enormes. Se nada for feito os fenómenos climáticos extremos far-se-ão cada vez mais sentir, mais tempestades e mais intensas, vagas de calor, secas, subida do nível do mar que farão deslocar muitos milhões de habitantes, aumento das zonas desertas, mais incêndios. Até em zonas que se mantenham cultiváveis, os efeitos serão adversos. Calor extremo e falta de chuva causam seca, mas quando a chuva chega será, fruto da maior evaporação dos oceanos, bem intensa o que não permite que a água se infiltre lentamente no solo, inundando as zonas baixas e arrastando a camada superficial fértil. Tudo isto é previsível, mas pode acontecer muito pior por acção dos efeitos multiplicativos no sistema do clima. Por exemplo, alteração das grandes correntes de circulação oceânica ou o derreter do permafrost.

E não é só o clima que o homo sapiens compromete. Pela acção do homem vários ecossistemas se tornaram inabitáveis, poluições do ar e das águas são casos comuns, marés de plástico em algumas lugares dos oceanos, os microplásticos nos corpos das aves e seres marinhos, etc.

Além disso esta casa que ele desarruma não é só dele. Estima-se que só no século 20, 543 espécies vertebradas terrestres se tenham extinguido [8]. Claro que extinções de espécies sempre ocorreram na Terra através dos milénios. O que é particular com estas extinções é "apenas" que a sua maior parte pode ser atribuída directa ou indirectamente às acções do homo sapiens.

Estes dados são claros, se qualquer família tivesse proporcionalmente tais problemas certamente diríamos que era uma família desgovernada, uma família disfuncional. Mas no planeta humano global poucos se incomodam, mesmo os

que se desesperam com as alterações climáticas. Sim senhor, é preciso limitar as emissões de gases com efeito de estufa. Mas para quê, para manter tudo na mesma? Claro que se não se controlarem as alterações climáticas ficamos ainda pior. Mas será que ficar tal como está é satisfatório?

### 3 Governabilidade e as organizações internacionais

De vez em quando, sobretudo depois de crises globais, têm os humanos tentado criar agências globais para regular e melhorar o desempenho do planeta humano. Sociedade das Nações, Nações Unidas (UN) e as suas agências, etc. A criação e a actividade de tais instituições foi e é um esforço meritório. Mas será que de facto elas asseguram a governabilidade global necessária a uma boa harmonização da actividade humana e à superação das crises passadas e futuras?

Em Dezembro de 2019 a Assembleia Geral da UN aprovou uma resolução em que condena os abusos cometidos pelo governo de Mianmar contra os direitos humanos da minoria Rohingya. A resolução teve nove votos contra, 28 abstenções e 134 votos a favor. Mas que importa isso realmente aos milhares de mortos que em Agosto de 2017 o exército de Mianmar fez no Estado de Rakhine ao mesmo tempo que obrigava à fuga mais de um milhão pessoas para o vizinho Bangladeche. Onde estava a UN em 2017 e o seu poder interventivo?

Em Janeiro de 2020, 47 chefes de Estado e líderes mundiais participam no Fórum Mundial sobre o Holocausto em Jerusalém. Esse fórum e uma cerimónia análoga na UN, servem certamente para lembrar até onde o racismo, a discriminação, a xenofobia, em resumo a maldade humana, podem conduzir o homo sapiens. Talvez sirva também para relativizar outras atrocidades passadas e presentes. O bom papa Francisco disse ter uma fervorosa esperança de que, com vigilância contínua e educação positiva, as iniquidades cometidas durante um dos períodos mais sombrios da nossa história sejam eliminadas da face da terra. Não poderíamos estar mais de acordo. Porém durante toda a segunda guerra a principal preocupação do então papa Pio XII foi manter a neutralidade do Vaticano, chegando ao extremo de, até depois da rendição italiana em Setembro de 1943, ter recusado a entrada no Vaticano dos prisioneiros aliados entretanto libertados pelos italianos. E o Vaticano, com mais "agentes" no terreno do que qualquer serviço secreto, não podia deixar de saber tudo o que se passava.

E agora, onde está, por exemplo, a indignação das instituições internacionais perante os campos de "reeducação" que a China mantém para os uigures e cazaques por não serem chineses de "souche", como diria Jean-Marie Le Pen. Claro que ninguém se mete nos assuntos internos dum membro permanente do conselho de segurança e para mais um parceiro comercial tão apetitoso.

Em resumo, a UN donde poderia vir, de acordo com a sua carta, uma liderança mundial não passa de um fórum de conversa, presidido por uma qualquer personalidade simpática dum país periférico, sem qualquer poder real mas que conforta os pequenos países que julgam estar a ser representados e os grandes que ficam com a garantia de não ser incomodados. Em casos extremos e quando os

poderes dominantes dão a sua concordância, pode aprovar resoluções, em geral letra morta para confortar as boas consciências mas não para serem obedecidas pelos intervenientes.

Tal como a Sociedade das Nações de nada serviu aos povos quando da segunda guerra mundial, também a UN tal como está não pode regular o planeta humano desgovernado. Serão então a UN e as suas diversas organizações completamente inúteis? Certamente que não, através do apoio aos refugiados, através das suas campanhas contra a fome tem evitado muito sofrimento. Porém a sua acção é como a de um enfermeiro que trata as feridas de guerra sem real poder para evitar os conflitos e as situações que levaram a essas feridas. Ou então actua como observador que convenientemente se retira quando o poder local decide fazer o seu genocídio.

Foi recentemente confirmada pelo Mecanismo para os Tribunais Penais Internacionais (MTPI) de Haia a pena de prisão perpétua a Ratko Mladic pelo seu papel no cerco de Sarajevo e principalmente pelo massacre de Srebrenica. Em 1993, a população de Srebrenica, de maioria muçulmana, tinha aumentado substancialmente com a fuga para ela das populações das povoações vizinhas entretanto atacadas e forçadas a sair pelas forças sérvias. Em Março de 1993, Srebrenica foi visitada pelo general Phillippe Morillon, comandante das Forças de Protecção da UN (UNPROFOR) que declarou publicamente que a segurança dessa área seria de futuro assegurada pela UN. De facto em Abril de 1993 o conselho de segurança da UN (Resolução 819) declarou a região com "área segura" sob a protecção da UN. Em 1995 porém a UNPROFOR, por falta de força ou vontade, não impediu que as forças sérvias durante a evacuação forçada dos muçulmanos bósnios de Srebrenica tenham separado e executado homens e rapazes, enquanto violentava mulheres e crianças. Uma tribo a destruir o futuro de outra tribo. Um exemplo típico de genocídio.

Em Julho de 2020 o Secretário Geral da UN promoveu uma homenagem e fez uma alocução piedosa sobre o massacre de Srebrenica. Fraco consolo para as famílias dos mais de 8300 homens e rapazes assassinados no massacre. E a UN até lá estava, tendo definido Srebrenica como "área segura" sob a sua protecção.

Desde o fim da guerra do Suez em 1956 que a fronteira Israel-Egipto no Sinai era controlada por uma força da UN (UNEF). Em 18 de Maio de 1967, Nasser exigiu do secretário-geral das Nações Unidas a retirada das Forças de Paz da UN que faziam a separação entre israelitas e egípcios na fronteira. O destacamento das forças de paz da UN na fronteira fazia dum acordo internacional estabelecido em 1956 e da resolução 1125 da Assembleia Geral da UN, não da boa vontade de qualquer das partes. O secretário-geral porém aceitou a exigência e logo determinou a retirada dos "capacetes azuis". Tropas egípcias concentraram-se então na fronteira, frente às tropas israelitas. Isto, o fecho do estreito de Tiran para barcos com destino a Israel e o crescente consenso pan-arábico entre os países da região, levaram Israel a temer um ataque iminente e concertado dos seus vizinhos árabes. Lançou então um ataque preventivo que praticamente destruiu a totalidade das forças aéreas egípcia e jordana, ocupou todo o Sinai, a Cisjordânia, os montes Golan e a parte oriental de Jerusalém. Dizem até que aceitou um cessar-fogo rápido, em vez de avançar mais, por receio

de incomodar os EUA a quem tinham bombardeado um barco por engano.

A grande vitória na guerra dos seis dias certamente agradou aos meios mais belicosos de Israel, levando a uma considerável expansão territorial e à sua definição como potência militar dominante na região. Porém todas as acções têm consequências e a retirada das tropas de paz sem resistência da UN, pode ter sido uma acção determinante. Por um lado esta guerra, humilhando as forças árabes, aumentou nos países árabes a carga de ódio a Israel, por outro destruiu um certo orgulho nascente no pan-arabismo, orgulho de natureza laica [9]. E uma vez este destruído, permitiu a emergência das correntes mais extremistas do islão radical. Até mesmo a natureza do conflito se deve ter alterado. Face à grande superioridade militar do Ocidente, identificado com Israel, então só o terrorismo é a solução.

Guerras, genocídios, sofrimentos vários, fome, crime, carências e agora também mais sofrimento que virá da própria instabilidade física do planeta através das alterações climáticas. Enfim um mundo desgovernado e sem instituições globais que o possam de facto orientar. E não era de facto necessária qualquer ideia genial, bastaria ver o que se passou na estruturação das sociedades humanas. Não é preciso inventar o que já foi inventado. Cada país tem as suas leis e os seus instrumentos para assegurar que elas são cumpridas. Isso limita a liberdade humana? Certamente. Por exemplo, não posso matar impunemente o meu vizinho. Mas isso significa que o mesmo se aplica a ele. Troquei liberdade por segurança. Por que não será possível ter uma lei mundial livremente aceite, tal como nos países democráticos, e órgãos que assegurem a efectiva aplicação das leis? Os diversos problemas do planeta humano são hoje problemas globais e problemas globais que põem em causa a sua sustentabilidade. Deveríamos então ter governabilidade global para poder tomar decisões de sustentabilidade global?

Ou talvez a governabilidade global não seja necessária. Talvez os principais agentes económicos, cuja sobrevivência em última análise também depende da sustentabilidade do planeta humano, se autoorganizem e nos conduzam a um mundo razoável. Será?

## **4 Sustentabilidade e responsabilidade dos agentes económicos**

Em Janeiro de 2020 realizou-se a 50a. reunião do Fórum Económico Mundial (FEM) em Davos. É aí que se reúnem periodicamente as elites políticas e empresariais do mundo, os representantes dos principais agentes que poderiam, se o quisessem, ter um impacto e uma orientação global no planeta. Joseph Stiglitz, prémio Nobel da economia, relata o que por lá se passou. Começa por lembrar que nas reuniões de Davos do final do século XX havia uma grande euforia sobre os efeitos benéficos da globalização e uma esperança de que, com a transição de mais países para a economia de mercado e as novas tecnologias, se abririam novas perspectivas, das quais todos beneficiariam. A esperança era

a de que as empresas, a trabalhar harmoniosamente com os governos, seriam elas a conduzir o mundo para um amanhã radioso.

Hoje, e segundo Stiglitz, com as crises ambientais, o agravar das desigualdades, a proliferação de ameaças e conflitos, o ânimo foi de desalento, mesmo entre aqueles cujas necessidades estão generosamente saciadas. Há 50 anos, o fundador e presidente executivo do FEM, Klaus Schwab, defendia o capitalismo das partes interessadas, isto é, as empresas deveriam ser responsáveis pelos interesses dos seus clientes, trabalhadores, comunidades e ambiente, bem como dos seus accionistas. Hoje porém o modelo dominante nas empresas é dar prioridade aos accionistas e maximizar os lucros. E em Davos, em 2020, discurso após discurso, os líderes empresariais e académicos explicaram como a defesa bem-sucedida do capitalismo accionista conduziu directamente às crises que enfrentamos hoje. Que as enfermidades da sociedade estão para além da maximização do valor dos accionistas. Após um experiência de 40 anos, a fé no neoliberalismo dos mercados e a agenda política dos governos, focada na desregulamentação e nos cortes de impostos, foi um fracasso para muitos, um sucesso para muito poucos. Até mesmo as novas tecnologias, se por um lado podem democratizar o acesso à informação, podem também criar plataformas de desinformação e manipulação política.

A cooperação internacional, o multilateralismo, está sob ataque, e os egoísmos do "nós primeiro" informam a actuação de pequenas e grandes potências, quando os grandes objectivos globais de paz, saúde e ambiente, mais do que nunca, requeriam uma cooperação global.

Apesar dos discursos de contrição e muita conversa sobre o capitalismo das partes interessadas, ainda segundo Stiglitz, em Davos, "a dissonância cognitiva – ou desonestidade – foi exibida na totalidade. Os participantes poderiam destacar a importância das alterações climáticas e promover a reacção das suas empresas, e ainda assim ter acolhido com agrado a desregulamentação de Trump, que permitiria que os EUA, já líderes em emissões de gases com efeito de estufa per capita, poluissem ainda mais". Ou a "lavagem verde dos bancos que falam sobre lâmpadas economizadoras de energia, ao mesmo tempo que emprestam dinheiro a centrais eléctricas alimentadas a carvão".

Apesar de tudo, é um pouco surpreendente que o capitalismo accionista e os seus efeitos tenham sido denunciados em Davos. Sobretudo denunciado pelos seus principais praticantes. Porém, que se saiba, o ambiente geral competitivo das empresas não se irá alterar. E a lei da sobrevivência do mais forte continuará. De modo que o mais provável é que depois da catarse de Davos, "business as usual". Será então o maravilhoso mercado com a sua "mão invisível" que nos vai conduzir a bom porto?

## 5 Guerra e paz

Entre os muitos flagelos que afectam o planeta humano, a guerra ocupa um lugar de destaque. E se nos podemos espantar com o número de mortos devidos às guerras do "civilizado" século 20, convém não esquecer que em relação à

percentagem da população mundial, este século não foi dos piores [4]. Ao longo da história do homo sapiens o estado de guerra, foi sempre algo com que cada um podia contar em qualquer altura da sua vida. E a guerra como "política por outros meios" [10], foi estudada e teorizada vezes sem conta desde há muitos séculos [11]. A guerra, esse fenómeno que acompanha esta espécie desde os seus tempos de caçador-recolector, tornou-se tão habitual e aceitável que até por vezes é glorificado. Lembremos este excerto de Nietzsche escrito em 1878 [12]:

*É uma pura ilusão sentimental esperar muito da humanidade se ela se esquecer da arte da guerra. Nada a não ser uma guerra consegue despertar num povo exausto, dum modo forte e seguro, essa energia do campo de batalha, esse ódio profundo e impessoal, esse sangue frio assassino de boa consciência, esse comunitário e organizado ardor de destruir o inimigo, essa orgulhosa indiferença perante as grandes perdas da própria existência ou da dos amigos, essa silenciosa convulsão, como um terramoto da alma. Tudo o que um povo precisa quando está a perder a sua vitalidade.*

Porquê então este fenómeno parece tão intrínseco, e para alguns até indispensável ao planeta humano? O estudo dos modelos evolutivos dá algumas pistas. Bowles e Gintis nos seus trabalhos [13] [14] identificam uma característica humana a que eles chamam "a reciprocidade forte" ou "punição altruísta", designando aqueles que a possuem como "homo reciprocans". *O homo reciprocans em situações sociais novas tende a cooperar e partilhar. Responde a comportamentos cooperantes mantendo ou aumentando a sua cooperação. Porém, em face de comportamento egoísta ou oportunista, responde retaliando, mesmo se isso for contra os seus interesses e se não esperar quaisquer ganhos futuros por essa acção.* A reciprocidade forte, ao punir prevaricadores e oportunistas, mesmo com risco próprio ou sem qualquer vantagem pessoal, é portanto uma forma de altruísmo na medida em que beneficia os outros à custa de quem tem essa característica. Do ponto de vista do homem racional (homo economicus) que apenas maximiza os seus ganhos pessoais, é um comportamento estranho. Como é que tal comportamento irracional se poderá ter desenvolvido?

Bowles e Gintis especulam que um período suficientemente longo e socialmente estável para permitir que essa característica se possa ter fixado na cultura ou até mesmo na programação genética do homem moderno foi o pleistoceno tardio (~60000 anos). Aí o homo sapiens vivia em pequenos grupos de caçadores-recolectores onde podia haver um controle comunitário das actividades dos seus membros. De qualquer modo o equilíbrio evolutivo dos agentes "reciprocans" em face dos "economicus" é precário. Nos modelos depende bastante das condições iniciais, isto é, a população de "reciprocans" só se mantém e cresce se à partida existir já um número razoável de agentes deste tipo. Além disso, nos modelos, a espécie "reciprocans" não é invasiva. Mesmo quando é dominante, alguns agentes "economicus" vão permanecer no sistema. Portanto a dinâmica intra-grupo não torna óbvia a dominância da espécie "reciprocans". É quando se estuda a interacção entre grupos diferentes que se vê que os grupos com bastante "reciprocans" têm vantagem em relação aos que não os têm. É a dinâmica inter-grupos que explica a emergência da reciprocidade forte como característica dominante. E assim a espécie humana se tornou uma espécie cooperante [14].

Mas as coisas boas também têm o seu lado negro, e tendo esta característica aparecido no confronto entre grupos diferentes, é provável que como alguns autores dizem [15] a cooperação dentro do grupo e a guerra com os outros tenham nascido ao mesmo tempo.

Seja como for ainda hoje o homo sapiens forma as suas tribos, defende-as ferozmente e pouco se incomoda em hostilizar as outras tribos. A reciprocidade forte com o seu aspecto de punição a favor do bem comum explica também como, quando as tribos se tornaram maiores, foi natural aceitar a noção de governo, já que em sociedades grandes se torna difícil o controle comunitário dos prevaricadores [16]. Por outro lado é bem possível que a institucionalização da punição altruísta e a vida em grandes sociedades vá afastando o homo da sua faceta recíproca e libertando o seu homo economicus [17]. Assim talvez um dia os modelos dos livros de economia façam sentido.

Eu por vezes digo aos meus amigos que gostava de poder ser racista, isto é que gostava que no planeta existissem de facto diferentes raças, cada qual com as suas capacidades específicas, cada uma podendo ter excepcionais capacidades em domínios variados. Uma humanidade verdadeiramente enriquecida pela sua diversidade. Mas não, o homo sapiens é geneticamente duma uniformidade enfadonha [18]. Então, à falta de melhor, arranja todo o tipo de pormenores irrelevantes para formar tribos, seja a cor da pele, o bairro, o país, o clube, o partido. Formar uma tribo e odiar todas as outras. Essa predisposição, herdada duma necessidade evolutiva, já esgotou porém a sua utilidade. Agora que vivemos num mundo global com problemas globais cuja solução exigirá um esforço global, só há uma única identificação tribal útil. "A tribo do homem", a tribo de todos os homens.

## 6 Emergência climática e a energia

A maior causa da chamada emergência climática tem a ver com o aumento da concentração na atmosfera de gases com efeito de estufa e destes cerca de 3/4 são CO<sub>2</sub>. O principal excesso de CO<sub>2</sub>, que nos preocupa, está associado à queima dos combustíveis fósseis e estes são queimados para extrair energia. Portanto em última análise, a emergência climática reduz-se ao problema da energia. E para que é que o homo sapiens quer energia? Para o transporte, para a produção industrial, para o conforto, enfim para a quase totalidade das actividades da civilização humana. Uma solução para a emergência climática seria certamente parar a queima de combustíveis fósseis. Se imaginarmos que isso é feito imediatamente, equivaleria ao colapso da civilização humana. Daí que o termo mais popular em todas as discussões sobre o assunto seja a "transição energética". E transição para quê? Transição para energias não poluentes, de preferência renováveis.

Num futuro, ainda não imediato, a energia da fusão nuclear será provavelmente a solução. Com os seus combustíveis (água e lítio, ou água apenas) seria uma energia praticamente inesgotável, os riscos de poluição radioactiva muitíssimo menores que os da fissão nuclear e o risco de acidentes praticamente

inexistente. Mas o uso da fusão nuclear controlada para a produção de energia, é ainda uma tecnologia do futuro, que não virá a tempo da resolução das alterações climáticas das próximas décadas. Que resta então? A energia solar, a hídrica, a dos ventos, ondas e marés, biomassa, geotérmica. E é razoável pensar que se poderá, em tempo útil, isto é no tempo de duas ou três décadas, fazer uma transição dos combustíveis fósseis para estas energias ou pelo menos assegurar que as energias renováveis fornecem 2/3 da energia total em 2050? Há quem pense que sim [19].

Os problemas porém são gigantescos. Em primeiro lugar tal transição exigiria uma mobilização de recursos, um grande investimento e uma coordenação de vontades a nível mundial, que tornaria a transição semelhante a um esforço de guerra de uma sociedade. Seria preciso alterar estruturas económicas e poderosos interesses instalados, alterar hábitos e confortos, talvez impedir o aumento de consumo de energia às populações até aqui desfavorecidas, alterar todo o paradigma de crescimento das economias. Além disso exigiria, por exemplo para a energia solar fotovoltaica, um grande esforço de mineração de materiais raros e quando esses materiais fossem descartados no fim da vida das células, riscos também de poluição do ambiente. É também difícil ter energias renováveis a assegurar fornecimento de energia sem intermitências e, excepto talvez para a energia solar térmica, ter fontes locais muito intensas como são necessárias para algumas indústrias. Enfim, há estudos que apontam para tal transição como possível, mas nenhum que diga que é fácil.

De qualquer modo, há actualmente um grande investimento nas energias renováveis. E porquê? Sendo um assunto politicamente palatável, os governos, directamente ou através de taxas nos consumidores, subsidiam largamente estas iniciativas. Portanto é um bom negócio e até as grandes companhias petrolíferas investem nele [20]. É mais uma oportunidade de lucro sem risco, porque apoiado politicamente, e também uma maneira de pintar de verde os seus portfolios. E de qualquer modo todos sabem que não é ainda tão cedo que o domínio dos combustíveis fósseis se vai extinguir.

Alguns estudos realistas, isto é baseados nos constrangimentos políticos e económicos da sociedade actual [21] [22] [23] [24], têm tentado estudar quais seriam os cenários mais optimistas numa transição energética para energias renováveis. A conclusão é que em 2060 os combustíveis fósseis ainda deveriam contribuir entre 27 a 46% de toda a energia primária. E isso nalguns cenários com um aumento da contribuição da energia nuclear de fissão<sup>1</sup>. Estaríamos então ainda fora da desejada neutralidade carbónica.

A emergência climática com o consequente aumento de fenómenos extremos, disrupção da agricultura, migrações, etc [25] [26] é um assunto muito sério, que não deveria estar sujeito às probabilidades de um qualquer cenário, à boa vontade dos agentes económicos nem a uma improvável aceitação de restrições

---

<sup>1</sup>Uma alternativa também razoável para combater as alterações climáticas seria os reactores de fissão arrefecidos com cristais derretidos e baseados no ciclo do tório. Seriam muito mais seguros que os reactores tradicionais, com resíduos de vida muito mais curta e o tório é muito mais abundante que o urânio 235. Porém o peso anti-nuclear da opinião pública e os custos de desenvolvimento tornam esta alternativa pouco provável, excepto na China, claro.

ao consumo e ao conforto das gerações presentes. Do ponto de vista económico a alteração climática é uma externalidade do sistema económico e numa sociedade que se rege sobretudo por ditames económicos, internalizar uma externalidade é sempre uma violência a que o mercado se opõe. Então o que fazer?

Convém lembrar que o CO<sub>2</sub> não foi inventado pelo homo sapiens. O CO<sub>2</sub>, que agora é libertado quando do uso dos combustíveis fósseis, é o CO<sub>2</sub> que em vários períodos entre há 360 até 60 milhões de anos, acabou por ser sequestrado no subsolo por vários processos biológicos e transformações químicas. Então porque não voltar a pô-lo no subsolo. É possível? Sim, e há várias técnicas simples e comprovadas de o fazer [27]<sup>2</sup>. Mas como convencer os governos e restantes agentes económicos a fazê-lo? Como diria James Carville, chefe de campanha de Bill Clinton: *A economia, estúpido!*

Basta que o preço da tonelada de CO<sub>2</sub> (equivalente) emitido seja maior que o preço cobrado pelas empresas sequestradoras de carbono. Isto é estabelecer uma "bolsa de carbono" bem regulada, um mecanismo global de pagamento por tonelada de CO<sub>2</sub> emitida. Ao contrário de pressões várias para eliminar equipamentos ou alterar radicalmente os modelos de negócio, os agentes económicos compreenderiam bem tal operação. Seria apenas mais uma entrada nas suas folhas de contabilidade. Será que a bolsa de carbono iria alterar os esforços de desenvolvimento das energias renováveis, nos locais em que elas são adequadas e as tentativas de tornar os processos energéticos mais eficientes. Não, julgo que tudo isso seriam acções de perfeita lógica económica. Quanto mais renovável e mais energeticamente eficiente fores, menos pagas na bolsa de carbono. E qual o preço para sequestrar o CO<sub>2</sub>? Depende de vários factores e do processo, mas espera-se que uma vez o mercado estabelecido não exceda os 170 euros por tonelada. Portanto em manifestações pelo clima, em vez de desfilar com cartazes a pedir o desinvestimento nas petrolíferas (e até o papa Francisco numa mensagem aos bispos aconselhou tal desinvestimento) seria melhor dizer "Tonelada de carbono a 200 euros, já".

E só uma bolsa de carbono aplicável a todos os países teria efeito. Seria um imposto que taxaria o excesso de emissões, isto é o balanço de emissões uma vez descontadas acções de mitigação, tais como reflorestamento e sequestração. E os fundos assim criados a serem administrados por uma agência internacional encarregada de acções de mitigação adicionais. Claro que impor uma bolsa de carbono e fazê-la respeitar implica coordenação mundial, governabilidade, sempre a tal governabilidade do planeta humano.

Este mecanismo teria de ser bem mais eficiente e controlado que o estabelecido em Kyoto. Em Dezembro de 1997, o protocolo de Kyoto, que só se tornou lei internacional em 2005, estabeleceu limites de redução de emissões para os estados industrializados, correspondentes a um certo número de "créditos de carbono" negociáveis. Aos estados em desenvolvimento apenas se pedia uma acção voluntária. Estes últimos, através de projectos destinados a reduzir as

---

<sup>2</sup>Independentemente do esforço que se faça na transição para energias "limpas", a captura e sequestração dos gases com efeitos de estufa terá sempre de ter papel importante, porque há processos em que, para além da energia dispendida, há sempre libertação destes gases. São exemplos a produção de cimento e certas actividades agrícolas.

emissões ganhariam "créditos de carbono" que poderiam negociar com os países industrializados. A China e a Índia ficaram de fora do protocolo de Kyoto e os EUA saíram do protocolo em 2001. O protocolo de Kyoto terminaria em 2012. Qual o resultado? As emissões entre 1997 e 2012 aumentaram 43%.

Em Dezembro de 2012 a reunião de Doha, estabeleceu novas metas de redução de emissões para o período 2012-2020. Em 2015 o acordo de Paris substituiu efectivamente o protocolo de Kyoto e a sua extensão em Doha. Estabelece como meta fundamental uma redução de emissões que limite o aumento de temperatura média a 2 graus, acima do nível pré-industrial, até ao final do século. Os EUA saíram formalmente do acordo de Paris em 4 de Novembro de 2020 e iniciaram a sua nova adesão em 20 de Janeiro de 2021.

E qual o impacto de todos estes acordos? Entre 1997 e 2019 as emissões aumentaram 50%

## 7 Poder de decisão e o futuro da democracia

Quando se fala em governabilidade global do planeta logo as boas almas se inquietam. Claro que há dois tipos de boas almas. Há aqueles que vêem qualquer tipo de legislação internacional como um atentado ao nacionalismo, vêem o espectro da imigração descontrolada, a perda de identidade étnica, a conspiração duma qualquer sociedade secreta, uma ditadura global, etc. E há outros porém que racionalizam a sua oposição noutros termos:

- Numa sociedade é um sentimento de pertença, uma identidade que faz com que as leis nacionais sejam aceites. Não há um mesmo sentimento de identidade a nível mundial.

- Leis ou governação internacionais limitam o valor criativo da competição entre estados.

- Os estados podem perfeitamente cooperar sem necessidade de governação global.

- Harmonização internacional, através de leis e governação globais impediriam os povos de imigrar para escapar do que não lhes convém.

São tudo argumentos civilizados, mas que evidentemente se põem também ao nível interno dos actuais estados. E o que de facto, para além das identidades tribais, parece inquietar os que avançam estes argumentos é talvez a sensação de perda de controle dos seus destinos. E o poder de decisão dos cidadãos sobre a sua sociedade e os seus destinos é o problema central da democracia.

E a democracia, esse sistema em que os cidadãos têm alguma escolha e controle sobre os seus destinos, em que estado é que ela está? Não muito bem. Por um lado é um sistema que não está à disposição da maioria dos humanos. Mesmo contando como democracias as chamadas democracias falhadas (estados em que há eleições formais, mas em que os cidadãos não dispõem de plenos direitos civis) menos de 50% da população mundial se rege por tal sistema. Por outro lado, nos estados em que a democracia formalmente existe, ela sofre frequentes desvios mais ou menos tolerados e a confiança dos cidadãos neste sistema tem vindo a deteriorar-se. É irónico pensar nas lutas e sofrimentos

que estes povos tiveram para alcançar o direito de definir os seus destinos e agora que o têm o grau de abstenção é de 60 ou 70%. E também quando há um inquérito de opinião muitos dizem que preferiam um sistema dirigido por um autocrata "iluminado". E os jovens frequentemente dizem que não querem ter nada a ver com a política que é uma coisa suja. Haverá sempre algum desencanto com o estado das coisas, mas a não participação nas escolhas da polis, através das eleições ou de trabalho cívico, é um círculo vicioso que pode piorar as coisas ainda mais. Quando os cidadãos não podiam votar, esse era um bem precioso pelo qual valia a pena lutar, agora que é um direito de nascença já não vale. Como é de graça não presta, um verdadeiro julgamento mercantil! Talvez devêssemos fazer com que o direito de voto tenha de ser conquistado e não seja um direito de nascença. Conquistado talvez através de trabalho cívico ou através de um exame que testasse a suficiente competência política do cidadão, para saber o que de facto significam cada uma das escolhas disponíveis. Será que alguns dos actuais deputados passariam em tal teste?

Voltando porém ao problema da governabilidade global, é claro que as objecções acima expostas são válidas se governabilidade global se referir a todos os aspectos da sociedade. A noção de subsidiariedade deveria sempre ser respeitada, problemas locais são sempre melhor resolvidos localmente. Qualquer tipo de governação global deveria apenas tratar de problemas globais, ser uma federação para os bens comuns do planeta humano. Bens comuns como são o desastre climático, as desigualdades, o respeito pelos direitos dos povos. Claro que os estados em conjunto podem propor soluções. Falta-lhes porém a autoridade para as impor. Veja-se por exemplo as resoluções da UN, bem fracas elas são e mesmo assim raramente obedecidas.

Os que mais se inquietam perante a perspectiva distópica dum governo mundial pertencem evidentemente à minoria que vive em democracias modernas, tendo a ilusão que são inteiramente livres e que essa liberdade não é ameaçada. Doce ilusão, na ausência de sólidas leis globais deixam o campo livre aos predadores globais. Predadores de todo o tipo, potências militares, conglomerados comerciais, os sistemas de IA das redes de comunicação, etc. Na ausência de sólidas leis internacionais e a capacidade de as fazer respeitar, tarde ou cedo ou até já, a liberdade lhes será tirada.

Acima mencionei o grave problema do desencanto com a democracia porque qualquer solução que viesse a ser encontrada para os problemas globais do planeta, só poderia vir da consciencialização democrática dos cidadãos. Consciência de que vivem num só planeta, e como tal há problemas que afectam toda a tribo do homem e não apenas um ou outro grupo. E haverá de facto alguma esperança de virmos a ter uma tal consciencialização do homo sapiens. Não muita. Uma grande maioria vive em países em que a satisfação das carências básicas é um problema bem mais premente. Muitos outros em países autocráticos em que tais problemas dificilmente são discutidos ou em que as prioridades são habilmente redirigidas. A autocracia mantém os povos tranquilos quer por pura repressão ou por uma mistura de repressão e sonhos identitários e glória futura. Na China os opositores são feitos desaparecer regularmente, mas não faz mal porque em 2049 seremos senhores do mundo como lhes disse Xi Jinping.

## 8 Financeirização da economia e o futuro da finança

Num dicionário de português, disfuncional é definido como "o que funciona incorrectamente; o que não funciona de forma normal". Neste sentido podemos bem dizer que a relação do homem com o seu planeta é disfuncional. Mas o homo sapiens também por vezes tem relações disfuncionais com as suas próprias criações.

O financiamento das empresas através de títulos públicos, regulados numa bolsa de valores, é uma excelente invenção. Permite a mobilização das pequenas poupanças para grandes investimentos industriais e ao mesmo tempo democratiza os meios de produção. E será que esta invenção e as várias variantes daí derivadas, são uma bela sem senãos? Não necessariamente, basta lembrarmos das várias crises provocadas por frenesins especulativos, desde a crise das tulpas no século 17 até à recente crise do subprime. São instabilidades que se reflectem na vida económica em geral, causando perdas e sofrimento de muitos, lucros de alguns. É desagradável, é incomodo, mas no fundo a gravidade é relativa. O homo sapiens gosta de jogar, alguns ganham, a maioria perde, e passado algum tempo tudo volta à normalidade.

Há porém algumas patologias mais profundas que agora afectam esta excelente invenção do homo sapiens. Por um lado a extrema complexidade das formas de intermediação entre investidores e a economia real. Derivados, derivados de derivados, MBS's, CDO's, swaps, etc. Por outro um cada vez maior domínio da finança sobre a economia, levando a que maximizar o valor das acções se torna a razão de ser das empresas, mais do que uma melhoria dos processos ou dos produtos. Administrações com esta orientação tendem a sacrificar investimentos a longo termo em investigação e desenvolvimento para obter ganhos a curto prazo no valor das acções. Vários estudos revelam que há uma relação inversa entre o investimento e a financeirização das empresas. Incentivos como "stock options" só vão acentuar esta tendência e a política de curto termo tem efeitos negativos no emprego e na produtividade. Em alguns casos até, as administrações, em vez de investimentos, fazem recompras de acções para aumentar o seu preço. Como resultado estas políticas vão ter um efeito negativo no bem estar dos trabalhadores, na produtividade e no crescimento económico. Alguns estudos econométricos sugerem que há uma relação de U-invertido entre o tamanho do sector financeiro e o crescimento económico. Um sector financeiro grande proporciona o crescimento, mas só até certo ponto a partir do qual, quando o sector financeiro se torna demasiado grande o crescimento económico tende a diminuir. Uma possível explicação seria a de que, quando o sector financeiro se torna muito grande, o elevado nível de ordenados no sector, canaliza para lá os maiores talentos da sociedade em detrimento dos outros sectores.

A financeirização da economia tem impacto na distribuição da riqueza e os maiores rendimentos hoje provêm da actividade financeira mais do que da industrial. Os grandes temas do capitalismo moderno são a globalização e a financeirização, sendo esta última o factor dominante. Por exemplo, de acordo

com o BIS (Bank for International Settlements) em 2016 teria havido por dia 5,1 milhões de milhões de transacções de divisas e apenas 80 milhares de milhões de transacções de bens e serviços. Isto é, mais de 6 euros de transacções de divisas por cada euro de comércio internacional. E para que teriam sido todas essas trocas de divisas? Presumivelmente para a compra e venda de produtos financeiros, especialmente para especulação. Na crise financeira de 2008, os bancos europeus estiveram fortemente implicados nas transacções dessa crise e ainda estão a pagar por isso. Mas não são só os bancos. A maioria das grandes multinacionais tem uma forte componente de transacções financeiras.

Ao contrário do sector industrial que é baseado em produtos físicos, o sector financeira é aquele que de facto mais crises de instabilidade pode causar, porque se baseia numa promessa sobre o futuro a qual pode ou não realizar-se, ou simplesmente a promessa pode mudar. E a instabilidade da promessa acaba por ter efeito sobre a economia real.

Enfim, a finança como ajuda à produção de bens e serviços, consequentemente ao conforto e sobrevivência do homo, um auxiliar precioso e uma invenção brilhante, tornou-se ela própria uma entidade autónoma e dominante. E agora que o monstro saiu da caixa, não há modo de lá o meter.

E eis que neste nicho surge um novo protagonista: "a transacção por blockchain". E porque é que este novo protagonista pode ter importância?

De acordo com dados do Banco Mundial 10% da população mundial vive com menos de 1,6 euros por dia. Inclusão no sistema financeiro é um factor que está associado à redução da pobreza. Porém acesso a um sistema financeiro formal, tal como uma conta bancária, deixa de fora mais de 2 biliões de adultos. A blockchain pode alterar todas as limitações inerentes ao sistema bancário actual. Operando sobre uma rede distribuída, dispensa toda a dispendiosa estrutura bancária. Todas as despesas de infra-estrutura que os bancos passam para os consumidores através de taxas e despesas de manutenção de conta são dispensadas. Redes de blockchain poderão fornecer sistemas de transferência de fundos e microfinança a grande parte da população até agora fora do sistema financeiro. Outro possível papel da blockchain será o combate à corrupção, já que automatização e um sistema robusto que regista permanentemente todas as transacções fornece uma nova transparência dos processos. Não só pagamentos como títulos de propriedade podem ser registados de modo seguro na blockchain. Convém não esquecer que ainda hoje em alguns locais do mundo, pobres agricultores são expulsos dos seus terrenos através da falsificação de documentos. A blockchain, através do "proof-of-work" e "network consensus" torna virtualmente impossível a mudança retroactiva de registos. Blockchain é também um instrumento ideal para a microfinança. Com todas as transacções disponíveis na blockchain, as avaliações de crédito não precisam de auditoria externa. A introdução nos sistemas de blockchain dos "smart contracts" permite também que a blockchain forneça todo o tipo de serviços financeiros.

Blockchain é verdadeiramente uma tecnologia que pode fazer uma revolução no sistema financeiro. Um meio barato, rápido, seguro e transparente de executar transacções. Retirar a autoridade central da base de dados, mantendo ao mesmo tempo a integridade dos dados através duma grande rede de utilizadores

independentes, é um dos aspectos mais marcantes da blockchain. Com dados registados permanentemente de forma segura, podem fazer-se negócios on-line que anteriormente só eram possíveis offline. Tudo o que anteriormente só era possível manter de forma segura offline poderá ser feito online. As implicações da existência de registos seguros poderão ser enormes, já que muito da estrutura da sociedade do homem é baseada no estabelecimento de relações de confiança. Em teoria tudo isto poderá ter efeitos positivos. Só o futuro o dirá.

## 9 Multilateralismo e governabilidade

Em 26 de Junho de 1945 em São Francisco no final da "United Nations Conference on International Organization" foi assinada a carta das Nações Unidas (UN) [28]. Sendo uma iniciativa dos países vencedores da segunda guerra, a sua proclamada finalidade era manter a paz no mundo, promover a resolução pacífica de conflitos, incentivar a cooperação entre os povos e a defesa dos seus direitos fundamentais. Porém ao eleger como princípio fundamental a soberania dos estados, foi à partida amputada de qualquer possibilidade de ter uma intervenção efectiva na regulação e ainda mais na prevenção dos conflitos, assim como na possibilidade de intervenção quando direitos de cidadãos são violados no interior de qualquer estado. Do mesmo modo, poderia promover acções de consciencialização dos problemas globais, mas não qualquer possibilidade de impor medidas para corrigir esses problemas. Por outro lado, os seus mecanismos de decisão são altamente morosos e assimétricos. A Assembleia Geral pode aprovar resoluções, mas estas só poderão ter alguma consequência, mesmo moderada, se houver concordância dos membros permanentes do Conselho de Segurança que têm eles próprios direito de veto. De modo que a UN não evita os conflitos, só faz missões de manutenção da paz quando a paz já existe. Como uma vez afirmou o Secretário-Geral Kofi Annan, "*Nós somos a única brigada de incêndios no mundo que tem de esperar pelo incêndio para depois adquirir o carro de bombeiros*". Depois de demoradas negociações, a UN vale-se, para as suas missões de manutenção da paz, de destacamentos de forças militares que alguns estados possam pôr à sua disposição. A existência de uma força permanente na UN nunca foi autorizada. Por exemplo, em Julho de 1993 o senador Joe Biden, introduziu no Congresso a resolução S. J. 112, que autorizaria os EUA a fornecer tropas para uma força permanente da UN, a fim de tornar operacional o artigo 43 da carta da UN. Esta resolução porém não foi apoiada [29] nem adoptada.

A criação da UN acontece num contexto particular. Com todo o trauma da segunda guerra, povos e dirigentes desejavam estabelecer um mecanismo que evitasse novas guerras. Por outro lado ocorre numa época em que muitas vezes defendiam a necessidade da existência dum governo mundial ou pelo menos duma limitação de soberania dos estados [30]-[40]. O estabelecer duma versão mitigada e estado-soberanista dum órgão mundial era considerado por muitos como um primeiro passo para uma federação. As constituições da França em 1946 e da Itália em 1947 foram modificadas para permitir uma eventual limitação

de soberania. Nos EUA em 1946, 12 dos seus estados passaram resoluções no congresso a favor duma federação mundial. Em 1949 no congresso dos EUA a resolução 64 defendia que "o objectivo fundamental da política externa dos EUA é reforçar a UN e aprofundar o seu desenvolvimento a caminho duma federação mundial". Teve o apoio de 111 membros, entre eles J. F. Kennedy e Gerald Ford. Nada disto teve sequência, até mesmo iniciativas limitadas como o controle internacional da energia e armas nucleares, com a proposta Baruch considerada demasiado favorável para os EUA e inaceitável para a União Soviética [41].

Depois, com o passar dos anos, a competição dos blocos e a guerra fria como preocupação principal das maiores potências e a descolonização e desenvolvimento económico para as outras, a ideia de governo mundial ou limitação federativa da soberania perdeu a sua popularidade. Pelo contrário, regionalismos e nacionalismos florescem agora por toda a parte. As tribos estão consolidadas e aguerridas. Falar em governo mundial é anátema em todos os quadrantes políticos. À direita se alguém fala em governo mundial é comunista ou "compagnon de route", à esquerda governo mundial é uma tirania distópica [42].

No passado a estrutura de estados podia em princípio resolver todos os problemas ou pelo menos isolar-se deles. Hoje isso não é possível. Mudanças climáticas extremas, destruição ambiental, proliferação de armamentos, migrações, pandemias, terrorismo, crises financeiras, impactos transnacionais de novas tecnologias, etc. são "problemas sem passaporte", como disse Kofi Annan. Problemas que as fronteiras entre estados não isolam e que os estados isoladamente não podem resolver. É irónico pensar que quando estes problemas eram menores a ideia de governação mundial era aceitável e agora que eles se agravaram é uma ideia proibida.

Em vez disso constroem-se fracas estruturas intergovernamentais e em vez de governo fala-se em multilateralismo e governança. Governo e governança (government and governance na literatura internacional) são de facto noções diferentes. Governança global (ou multilateralismo) refere-se ao esforço colectivo para identificar e propor medidas para a solução ou mitigação de problemas que afectem mais de um estado. Esta ponderação pode envolver vários estados e organizações inter-estados ou organizações não-governamentais. Governo pode ser tudo isto mais a autoridade e os meios para forçar a implementação das medidas adoptadas. Em cada estado temos portanto governança mais governo, ao nível internacional temos governança sem governo. E isso anula todo o efeito da governança, já que não há capacidade de assegurar o cumprimento das decisões colectivas.

No mundo existe por vezes governança, mas não governo. E mesmo a governança é fraca. As resoluções são lentas, fracas ou inexistentes quando por exemplo afectam os interesses reais ou imaginados dos membros permanentes do conselho de segurança. Existe até um grande cepticismo em relação aos mecanismos de coordenação e mitigação internacionais. As diversas polémicas em relação à WHO, durante a pandemia Covid são um exemplo. O Fundo Monetário Internacional, creado depois da conferência de Bretton Woods por iniciativa de Dexter White e Keynes destinava-se a promover a cooperação e estabilidade financeiras assim como o crescimento económico mundial. Para que

tal fundo tivesse suficiente músculo, Keynes propôs que o seu orçamento fosse igual a 50% das importações mundiais. Hoje é de 2%. Para além de servir para resgates austeros de países periféricos, onde esteve o seu papel estabilizador na crise de 2008-2009 ?

O artigo 109 da carta da UN previa uma revisão constitucional da organização numa data não posterior a 1955. Porém nunca houve o quórum de 2/3 necessário para esse efeito. Entretanto a UN passou dos originais 51 estados para 193, em grande medida devido à descolonização, criou 15 agências autónomas e um ainda maior número de programas e fundos, mas a sua base e gestão continua a ser o compromisso pós-guerra de 1945. Curiosamente ainda os artigos 53, 77 e 107 se referem às restrições impostas aos "estados inimigos". Ou será como alguns dizem um dinossauro pouco adaptado ao clima do século 21? Uma grande fortaleza de soberania dos estados, principalmente dos elementos permanentes do Conselho de Segurança.

A reforma da UN, para se tornar um verdadeiro órgão de soberania mundial, sempre foi uma miragem, desejada por muito poucos e desprezada por muitos. Em 2020 celebrou-se o 75º aniversário da fundação das Nações Unidas. Nesta celebração, que foi tornada modesta por influência do Covid19, a Assembleia Geral aprovou em Setembro de 2020, a resolução 75/1 que, reafirmando como seus princípios a agenda 2030 de desenvolvimento sustentável e a declaração universal dos direitos do homem, apoia as reformas propostas pelo actual secretário-geral. E no contexto dessas reformas várias resoluções têm sido aprovadas. São alterações ao paradigma de gestão dos órgãos da UN, reposicionamento da UN nos programas de desenvolvimento, criação dum departamento de assuntos políticos e de manutenção da paz, etc. Reformas administrativas, certamente importantes não duvido, mas no que respeita à governabilidade do planeta é mais do mesmo. Ainda não será agora, como alguns diriam, um novo "momento de San Francisco" [43].

Reformas administrativas podem ser funcionalmente úteis para um desempenho mais harmónico da grande máquina em que a UN se transformou. E que não haja qualquer equívoco, a grande máquina, em especial as suas agências especializadas, são imensamente úteis como enfermeiros do mundo. Porém uma reforma administrativa não basta, eu diria mesmo que é irrelevante, para a solução ou mitigação dos problemas globais que o planeta humano enfrenta. Precisamos de uma UN que possa impor as decisões colectivas em tempo útil e com eficácia. Que em relação a crises e conflitos seja preventiva em vez de reactiva e lenta. Que tenha força política, económica e militar para impor as decisões colectivas. Precisamos dum força de paz permanente da UN, que tenha formação própria e não seja simplesmente uma amálgama de unidades de vários exércitos nacionais. Os soldados dos exércitos nacionais são treinados para matar o inimigo. O exército da UN deve ser treinado para defender as populações e sempre que possível ser equipado com armas não-letais. Etc. Não precisamos da reforma da UN. Precisamos dum UN com uma nova carta.

António Guterres foi recentemente reconduzido para um segundo mandato como Secretário Geral da UN. E com o apoio unânime dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Isso foi imediatamente aclamado e motivo de orgulho

de todas as sub-tribos políticas da tribo pátria portuguesa. Eu próprio, homo sapiens, não consegui evitá-lo. Ter um compatriota reconduzido no alto cargo e para mais um formado na mesma escola universitária. Quem poderia resistir a um tal frémito de orgulho tribal?

António Guterres é um homem generoso e dedicado ao seu trabalho. Antes de ser Secretário- Geral trabalhou no Alto Comissariado para os Refugiados, uma das valiosas instituições da UN, que vai tentando minorar algumas das muitas feridas provocadas pelo desnorte do mundo. Durante o seu mandato como Secretário-Geral tentou melhorar a coerência e coordenação das muitas agências e programas da UN, assim como alertou o mundo, na capa da Time, para a subida das águas do mar, uma das muitas consequências nefastas das alterações climáticas. Uma justa recondução, que era de esperar. A reeleição do Secretário-Geral é uma praxe consagrada, apenas quebrada quando os Estados Unidos vetaram o segundo mandato de Boutros-Ghali em 1996. Querer reforçar os poderes de intervenção e a diplomacia preventiva da UN contra a vontade dum membro permanente do Conselho de Segurança. Querer ir para além do papel de burocrata obediente. Terrível crime, Boutros-Ghali. Tive agora um pensamento também terrível. Se calhar eu ainda estaria mais orgulhoso de António Guterres se ele tivesse conseguido não ser reeleito.

## References

- [1] *Sustainable Development Goal 2, Zero Hunger*: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdg2>
- [2] *The State of Food Security and Nutrition in the World 2019, Safeguarding against economic slowdowns and downturns*, Rome, FAO.
- [3] *Global study on homicide*, United Nations Office on Drugs and Crime, Vienna 2019.
- [4] S. Pinker; <http://edge.org/conversation/mc2011-history-violence-pinker>
- [5] United Nations Office on Drugs and Crime; <https://dataunodc.un.org/>
- [6] Eurostat Crime Statistics; [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Crime\\_statistics](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Crime_statistics)
- [7] <https://www.nationalgeographic.com/tv/shows/trafficked-with-mariana-van-zeller>
- [8] G. Ceballos, P. R. Ehrlich e P. H. Raven; *Vertebrates on the brink as indicators of biological annihilation and the sixth mass extinction*, PNAS 117 (2020) 13596–13602.
- [9] A. Maalouf; *Le naufrage des civilisations*, Bernard Grasset, Paris 2019.
- [10] Carl von Clausewitz; *On war*, Princeton University Press 2008 (*Vom Kriege*, 1819-1830)

- [11] Sun Tzu; *The art of war*, Barnes & Noble 1994 (4th century a. C.)
- [12] Friedrich Nietzsche; *Human, All Too Human: A book for free spirits*, Cambridge U. P. 1996.
- [13] S. Bowles e H. Gintis; *The Evolution of Strong Reciprocity: Cooperation in Heterogeneous Populations*, *Theoretical Population Biology* 65 (2004) 17–28.
- [14] S. Bowles e H. Gintis; *A Cooperative Species: Human Reciprocity and Its Evolution*, Princeton University Press, Princeton, NJ 2011.
- [15] J.-K. Choi e S. Bowles; *The Coevolution of Parochial Altruism and War*, *Science* 318 (2007) 636-640.
- [16] R. Vilela Mendes e C. Aguirre; *Cooperation, Punishment, Emergence of Government and the Tragedy of Authorities*, *Complex Systems* 20 (2012) 363-374.
- [17] R. Vilela Mendes; *Network dependence of strong reciprocity*, *Advances in Complex Systems* 7 (2004) 357–368.
- [18] R. L. Cann, M. Stoneking e A. C. Wilson; *Mitochondrial DNA and human evolution*, *Nature* 325 (1987) 31–36.
- [19] M. Z. Jacobson et al.; *Low-cost solution to the grid reliability problem with 100% penetration of intermittent wind, water, and solar for all purposes*, *Proc. Natl. Acad. Sci.* 112 (2015) 15060–15065.
- [20] M. J. Pickl; *The renewable energy strategies of oil majors – From oil to energy?*, *Energy Strategy Reviews* 26 (2019) 100370.
- [21] International Energy Agency – IEA, *World Energy Outlook 2019*, Paris, November 2019.
- [22] Energy Information Administration; *International Energy Outlook 2019*, Washington, DC., September 2019.
- [23] World Energy Council; *World Energy Scenarios 2019 – Exploring Innovation Pathways to 2040*, London, September 2019.
- [24] T. Kober, H.-W. Schiffer, M. Densing and E. Panos; *Global energy perspectives to 2060 – WEC’s World Energy Scenarios 2019*, *Energy Strategy Reviews* 31 (2020) 100523.
- [25] F. Duarte Santos; *Humans on Earth. From origins to possible futures*, Springer 2012.
- [26] F. Duarte Santos; *Time, progress, growth and technology. How humans and the earth are responding*, Springer 2021.

- [27] D. A.N. Ussiri and R. Lal; *Carbon Sequestration for Climate Change, Mitigation and Adaptation*, Springer 2017.
- [28] <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text>
- [29] T. Sheehy; *A U.N. Army: Unwise, Unsafe and Unnecessary*, <https://www.heritage.org/node/21052/print-display>
- [30] World Government Symposium; *An appeal to the peoples of the world*, World Affairs 109 (1946) 83-86.
- [31] F. A. Rudd; *Atomic Energy and World Government*, International Journal 2 (1947) 237-241.
- [32] E. McN. Burns; *The Movement for World Government*, Social Science 23 (1948) 5-13.
- [33] B. R. Sen; *An Asian Views World Government*, The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 264 (1949) 39-45.
- [34] R. M. McClintock; *The United Nations or World Government*, The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 264 (1949) 26-30.
- [35] C. M. Eichelberger; *World Government via the United Nations*, The Annals of the American Academy of Political and Social Science 264 (1949) 20-25.
- [36] P. E. Corbett; *World Government-In Whose Time?*, International Affairs 25 (1949) 426-433.
- [37] M. Nabuco; *World Government as a Goal*, The Annals of the American Academy of Political and Social Science 264 (1949) 1-5.
- [38] W. T. Dean, Jr.; *World Government and the Constitution of the United States*, California Law Review 38 (1950) 452-477.
- [39] E. R. Goodman; *The Soviet Union and World Government*, The Journal of Politics 15 (1953) 231-253.
- [40] J. Nehru; *Towards a World Community*, em India at the United Nations, (S. K. Madhavan, ed.) Vol. I. New Delhi, APH Publishing Corporation.
- [41] J. P. Baratta; *Was the Baruch Plan a Proposal of World Government?*, The International History Review 7 (1985) 592-621.
- [42] T. G. Weiss; *What Happened to the Idea of World Government*, International Studies Quarterly 53 (2009) 253-271.
- [43] R. Ponzio et al.; *A Start Out of the Woods: No new "San Francisco Moment" without a new "Dumbarton Oaks"*, UN 2.0: Ten Innovations for Global Governance, 75 Years beyond San Francisco, Stimson Center (2020).